

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
SABER PENSAR, RETORICAMENTE FALANDO

Afrânio da Silva Garcia (UERJ)
afraniogarcia@gmail.com

RESUMO

Oferecendo vários exemplos de situações, escolhas e estratégias que propiciariam a melhor forma de ensinar e de aprender, Paulo Freire disse, em seu livro *Pedagogia da Autonomia* (2011), que o professor, em sua prática docente, deve agir certo e, principalmente, pensar certo. Pedro Demo reformula e amplia várias das propostas apresentadas por Paulo Freire no seu livro *Saber Pensar* (2000), enfatizando que a prática pedagógica não pode estar dissociada da pesquisa, da reflexão e do planejamento para alcançar seus objetivos. Neste trabalho, serão abordadas certas características e procedimentos retóricos que nos auxiliam no processo de elaboração e apresentação do pensamento, não só em termos pedagógicos como também nas inúmeras situações e decisões que nos afetam na vida cotidiana descritas por Aristóteles em *Arte Retórica e Arte Poética* (1996). Começaremos lidando com a importância da coleta de informações concernentes ao assunto ou problema a ser abordado, tendo em mente que o pensamento correto não pode ser alcançado com premissas ou dados incorretos ou fictícios. Em seguida, trataremos da importância dos contraditórios e dos contrários, tanto no gênero deliberativo quanto no judiciário, razão de ser do discurso polêmico, conforme exposto por Adilson Cítelli em *Linguagem e Persuasão* (2001). Ainda em relação ao gênero judiciário, discorreremos sobre a natureza das provas: provas irrefutáveis, provas circunstanciais e provas insuficientes, bem como da má interpretação e manipulação das provas: falácias e sofismas, como estudados por Othon Moacyr Garcia em *Comunicação em Prosa Moderna* (2002). Por último, falaremos das situações em que temos que lidar com a ausência de provas na tomada de decisões ou elaboração de estratégias e planejamentos de alcance extraordinário, baseando-nos apenas na verossimilhança, no senso comum, na probabilidade e nos exemplos, ainda consoante a *Arte Retórica e Arte Poética* de Aristóteles (1996).

1. *A importância da heurística*

A *heurística* é a parte da retórica que se relaciona à *reflexão* sobre o assunto e *preparação* do que e vai dizer. O primeiro passo para uma boa reflexão e u bom discurso é obter uma *informação diversificada* sobre o assunto, abrangendo não só seu ponto de vista como também pontos de vista diferentes e até divergentes do seu, para conseguir uma apreensão das nuances e pormenores que o assunto comporta (como dizem os jornalistas, deve-se utilizar pelo menos três fontes). Por exemplo, se você for fazer um trabalho sobre sintaxe da língua portuguesa, quer sua postura seja mais contemporânea ou mais tradicional, você deve recorrer tanto aos autores de visão mais conservadora, como Rocha Lima e Domingos Pascoal Cegalla, até os mais inovadores, como Maria Helena de Moura

Neves e Marcos Bagno, sem esquecer os que estabelecem a ponte entre as duas posturas, como Celso Cunha e Evanildo Bechara. Na prática pedagógica, esta busca da informação precisa é fundamental. Uma das passagens que mais admiro em Paulo Freire é aquela em que ele recomenda aos professores que explorem os arredores da escola e, se possível, visitem as moradias dos alunos. Ele está lembrando aos professores a realidade inevitável de que o processo de ensino-aprendizagem se dá num espaço físico e social concreto, com limites e possibilidades reais bem definidas. Um professor de classe média ou do asfalto normalmente não tem ideia das características de seu alunado carente ou de comunidade, bem como de suas potencialidades (muitos moradores de comunidades sabem nadar, a socialização das famílias é muito maior em áreas carentes, etc). Um dos grandes problemas do ensino de literatura é que ele leva em conta muito mais os interesses do professor do que os do aluno; recomendar a um aluno adolescente que leia *Amor de Perdição* ou *Memórias Póstumas de Brás Cubas* é, quase certamente, fazer este jovem desistir para sempre da leitura.

A informação diversificada leva a uma *familiaridade* com o assunto, visto sob vários ângulos, que facilita a tomada de decisões e a elaboração do discurso. A *experiência* leva a uma visão multifacetada do assunto, diminuindo a possibilidade de erros devidos a uma visão pré-concebida, ilusória ou pessoal do tema (discutiremos esse ponto com mais profundidade na seção seguinte). Essa busca pela informação deve partir de uma pesquisa multimídia: o primeiro passo é LER: livros, revistas, textos da internet ou da imprensa, mas devemos também recorrer a filmes, TV, músicas, obras de arte, ler as nuvens, o movimento dos ventos ou das pessoas na rua, etc., etc., etc.

Ainda nesta fase do pré-texto, devemos procurar a *inovação*, a opinião inédita, a solução ainda não tentada, a perspectiva que iluminará campos até então obscuros do tema estudado, aquilo que Aristóteles chama *prosapódose*: uma ideia totalmente original ou uma abordagem nova de um tema antigo. No campo da medicina, o tratamento do câncer deu um passo adiante em virtude de uma *prosapódose*, quando se abandonou a ideia de combater o câncer e passou-se a combater a angiogênese (o nascimento de novos vasos sanguíneos que alimentam o câncer).

É claro que todo este esforço de informação e elaboração do discurso, das soluções e do planejamento deve estar sempre vinculado aos princípios básicos de *viabilidade* ou *exequibilidade* (aquilo que se pode conseguir, com os recursos físicos, humanos e temporais de que dispo-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

mos) e *pertinência* (aquilo que é realmente relevante ou importante para a nossa realidade ou dos nossos alunos), assim como sua apresentação deve se pautar pela maior *clareza* e *objetividade* possível, pois pouco serve uma explicação magnífica se o público a quem ela se dirige não conseguir apreender sua essência.

2. *O discurso polêmico e a importância da alteridade*

A sabedoria popular costuma dizer que não se deve discutir futebol, política e religião. A partir deste princípio, muitas pessoas optam por evitar qualquer assunto polêmico. Esta é uma postura extremamente equivocada. É claro que, se você está num bar com pessoas desconhecidas e embriagadas, ou se você está lidando com pessoas exaltadas e propensas à violência, não é a hora de discutir com elas (simples questão de discernimento e pertinência). Mas se você está pesquisando ou estudando alguma coisa, ou está conversando com pessoas respeitáveis e com um mínimo de civilidade, o discurso polêmico tem um valor inegável.

Pensar certo implica uma visão geral das várias possibilidades que um tema oferece. Isso implica, principalmente em relação ao *gênero deliberativo* (em que se decide planejamentos e procedimentos futuros), em prever não apenas os resultados pretendidos como também os resultados inesperados, e a discussão do assunto, de seus aspectos polêmicos e dos vários caminhos aos quais se chegará com cada opção, torna-se indispensável. Há alguns anos, o presidente Fernando Henrique Cardoso propôs que um funcionário público federal aposentado não deveria poder concorrer a outro emprego público para garantir a renovação dos quadros do funcionalismo e evitar a perpetuação de privilégios. Se considerarmos apenas os cargos de alto escalão, parece ótimo, mas como podemos negar a um auxiliar de enfermagem ou a um inspetor de alunos, que se aposentam com salários ínfimos, a oportunidade de fazer um novo concurso e duplicar seu salário?

O discurso polêmico, na medida em que permite duas ou mais vozes discordantes sobre um tópico, constitui uma abordagem mais abrangente e, teoricamente, mais produtiva, possibilitando a identificação do erro e sua correção ainda na fase da elaboração do discurso ou da proposta. A recente adoção do espanhol como praticamente a única língua estrangeira ensinada no ensino fundamental e secundário comprova a necessidade de discussão: deixou-se de aprender línguas mais importantes na comunidade internacional para favorecer uma maior inserção na cultura

ra latino-americana, mas tal não se deu; os alunos de escolas públicas ignoram a cultura latino-americana, não dominam mais o espanhol do que dominavam o inglês e o francês (mesmo sendo uma língua tão parecida com o português) e são excluídos do mercado de trabalho que exige o inglês e o francês. Parece óbvio que o ensino de língua estrangeira precisa ser discutido de novo, com a reintrodução do inglês e do francês e, quem sabe, a introdução do chinês, visto a China ser o nosso maior parceiro comercial.

Outra vantagem do discurso polêmico é que ele valoriza a *alteridade*, visto dar vez e voz a segmentos *excluídos* da sociedade. As recentes inclusões do ensino de línguas e de literaturas e culturas africanas nos currículos escolares são decididamente um ponto polêmico, mas ainda mais decididamente um ponto justo. Com certeza suscitarão novas polêmicas, mas tais debates são muito bons e é assim que deve ser.

De acordo com Othon Moacyr Garcia (2002, p. 316), só há, do ponto de vista lógico, duas maneiras de errar: raciocinando *mal* com dados *corretos* ou raciocinando *bem* com dados *falsos* (excluindo-se a possibilidade de raciocinar-se *mal* com dados *falsos*). Dois dos erros mais graves e frequentes da formulação do pensamento são basear nossas conclusões apenas *em nossas convicções* (raciocinando *mal* com dados *corretos*), sem levar em conta que elas podem estar erradas, ou com base *em critérios preconceituosos e apriorísticos*, em que ao invés de pensar, *nos deixamos ser pensados* por aqueles que querem nos dominar (raciocinando *bem* com dados *falsos*). O exercício permanente da análise real das premissas e da discussão conjunta das conclusões minimiza tais equívocos. Como podemos acreditar sem restrições na superioridade cultural da elite branca do Sudeste se confrontados com a realidade incontestável de que a maioria dos nossos grandes escritores é constituída por mestiços e/ou nordestinos? E como suportar a ideia da negritude geral do Brasil, apregoada pela esquerda, se no estado do Amapá praticamente só existem caboclos (descendentes de índios), com pouquíssimos brancos e menos ainda negros?

3. Natureza, suficiência e manipulação das provas

O gênero judiciário deve, por princípio, tendo e vista a gravidade dos casos que ele engloba, ser pautado por provas. A natureza das provas comporta três tipos: provas irrefutáveis, provas circunstanciais e, englobando principalmente as segundas, provas suficientes e insuficientes.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Provas irrefutáveis são aquelas que não admitem contestação, abrangendo, por um lado, o *tecmérion* (provas irrefutáveis pela sua própria essência, como a veracidade da afirmação: *Eu estou vivo*, uma vez que só uma pessoa viva poderia proferir tal afirmação), por outro lado, todas as outras provas cujas evidências físicas não dão margem a dúvidas. *Provas circunstanciais* são aquelas que apontam fortemente para uma conclusão, mas esta conclusão tem uma margem maior ou menor de dúvida. Por exemplo, uma pessoa sai de uma cena de crime com o sangue da vítima nas suas roupas ou alguém testemunha contra ela. Em ambos os casos, há uma prova circunstancial contra essa pessoa, pois ela pode ter se sujado com o sangue da vítima de muitas maneiras: ajudando-a, porque a pessoa caiu sobre ela, porque estava perto quando o verdadeiro agressor a atacou, etc., assim como a testemunha pode ter se enganado ou mentido. O próprio Aristóteles criticava o emprego da declaração de testemunhas como prova, afirmando que é comum as testemunhas mentirem.

As *provas circunstanciais* (e também, em casos raríssimos, as provas irrefutáveis) podem ser *suficientes* ou *insuficientes* para uma condenação, absolvição ou conclusão (em se tratando do gênero deliberativo). Para dar dois exemplos clássicos: um político ou policial gasta mais do que seria possível com seu salário, ou possui um bem incompatível com sua renda, como um carro importado novinho ou uma mansão num bairro nobre; ou um homem casado é visto rindo e se divertindo com uma mulher bonita e chega a fazer carinhos no braço dela e a beijá-la no rosto, mais de uma vez. Embora as provas circunstanciais indiquem que o político ou policial sejam corruptos ou que o homem casado seja infiel, isso não passa de suposição. No primeiro caso, o político ou policial podem ter ganhado um bom dinheiro, ou um carro, ou uma mansão porque são parentes ou namorados de uma pessoa muito rica, ou porque salvaram a vida ou a propriedade de alguém e a pessoa deu um presente bem caro em sinal de gratidão, etc.; no segundo, o homem e a mulher podem estar comemorando um acontecimento muito bom, como o final das dívidas, a descoberta de que seu câncer foi curado, a conquista de um ótimo emprego, etc. e a alegria da situação os faz ficar efusivos e carinhosos. O excelente filme *Doze Homens e Uma Sentença* mostra bem essa diferença entre provas circunstanciais e provas irrefutáveis, quando um dos jurados defende a inocência de um jovem negro na morte do pai, embora ele tivesse brigado e ameaçado o pai pouco antes do crime e tenha sido encontrado com um canivete do mesmo tipo do que foi usado no crime. Tais evidências, embora incriminadoras, criam apenas uma probabilidade de que o rapaz tenha matado o pai, não uma certeza.

Devemos reservar nossos julgamentos apenas para casos em que as provas são irrefutáveis ou para casos em que o acúmulo de provas circunstanciais é de tal monta que gera uma probabilidade numérica tamanha que é praticamente impossível negar seu valor de prova, como o caso em que alguém é isto enterrando um corpo, e tem sangue da pessoa em suas roupas, e a arma do crime está em sua casa, etc., preservando o princípio jurídico fundamental de que todos são inocentes até prova em contrário.

4. Verdade, veracidade e verossimilhança

Existem alguns casos, entretanto, em que não temos como chegar à verdade, mas, mesmo assim, temos que decidir a respeito dela, principalmente em relação ao gênero deliberativo. Isso abrange:

- Situações em que a verdade é impossível de ser comprovada, como sentimentos, crenças religiosas, intenções etc.
- Situações futuras, impossíveis de comprovar porque ainda não aconteceram.
- Situações sobre as quais faltam provas, mas que requerem que uma decisão seja tomada.

No caso de sentimentos, promessas, intenções, crenças, etc., temos que nos valer da *veracidade* (aparência de verdade, confiança, empatia) que a pessoa transmite, através da combinação do *pathos* (capacidade de comover, de persuadir) e do *ethos* (caráter moral que o emitente transmite), além do histórico dos feitos dessa pessoa, o que já provou ter pouco valor, visto que muitos dos políticos, religiosos e sedutores mais bem sucedidos eram absolutamente falaciosos (sua argumentação era predominantemente falsa).

No caso das situações futuras e das situações que requerem uma decisão, embora faltem provas em nos basearmos, devemos nos voltar para a *verossimilhança* (aquilo que parece ser verdade), com base nas *probabilidades* e nos *exemplos*. Por exemplo, um professor pode fazer um planejamento de curso baseando-se no fato de cursos semelhantes terem dado bons resultados (probabilidade) e haver vários alunos que progrediram na vida após terem feito esses cursos (exemplos). Ao escolher um namorado, uma garota pode se basear nas opiniões dos amigos e conhecidos dele (probabilidade) e nos relatos das garotas que já o namora-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

ram (exemplos). Em ambos os casos, estamos nos baseando no *princípio aristotélico da recorrência*: aquilo que aconteceu antes, principalmente se aconteceu com frequência, tenderá a ocorrer de novo. Embora seu valor jurídico seja pequeno, a *verossimilhança* é importantíssima na vida das pessoas e das sociedades, pois muitas das nossas decisões dizem respeito a coisas que não podemos comprovar, e quanto mais nossa noção de verossimilhança se aproximar da verdade, tanto melhores serão nossas decisões, projetos e planejamentos.

5. Conclusão

Como pudemos constatar no desenvolvimento, o *saber pensar* proposto pelos educadores Paulo Freire e Pedro Demo estriba-se, como quase toda a estruturação do pensamento, nos saberes e princípios retóricos, estabelecidos inicialmente por Aristóteles, tais como a heurística; os gêneros deliberativo e judiciário; as noções de fato, prova, prova suficiente e prova insuficiente; verossimilhança, probabilidade e exemplificação; *pathos* e *ethos* etc. Um professor que não tenha estudos retóricos, ou renegue os conhecimentos oriundos da retórica, terá mais problemas ao realizar grande parte do seu trabalho acadêmico e pedagógico, que implica na reflexão, preparação e elaboração do discurso, com vistas à adequação e pertinência para o aluno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. São Paulo: Ediouro, 1996.
- CAETANO, Marcelo Moraes. *Caminhos do texto*. Rio de Janeiro: Ferreira, 2010.
- CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Ática, 2001.
- D'ONOFRIO, Salvatore. *Forma e sentido do texto literário*. São Paulo: Ática, 2007.
- DEMO, Pedro. *Saber pensar*. São Paulo: Cortez, 2000.
- FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

GARCIA, Othon Moacyr. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

VAL, Maria da Graça Costa. *Redação e textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.